



A relação entre alguns operadores argumentativos e a dissociação de noções: há operadores específicos para cada tipo de argumento?

The relationship between some argumentative operators and the dissociation of notions: are there specific operators for each type of argument?

*Manuel Veronez**

RESUMO: O presente trabalho defende a hipótese de que para cada tipo de argumento (ou técnicas argumentativas) há um ou mais operadores argumentativos específicos que só podem ser utilizados em determinados momentos e circunstâncias, devido a certas condições argumentativas e sociais que o tipo de argumento exige. O argumento é um termo mobilizado por Perelman e Tyteca (2005) e Fiorin (2015). Temos, como exemplo, os argumentos quase lógicos; os argumentos fundamentados na estrutura da realidade; os argumentos que fundamentam a estrutura do real; a dissociação de noções; etc. Desse modo, o objetivo deste trabalho é apresentar os operadores argumentativos que podem ser utilizados especificamente no tipo de argumento por dissociação de noções (e não outro), abrangendo a relação entre o par essência/aparência e/ou as relações entre outros pares filosóficos, na denominação de Perelman e Tyteca (2005), como, meio/fim, consequência/princípio, relativo/absoluto, subjetivo/objetivo,

ABSTRACT: This paper supports the hypothesis that for each type of argument (or argumentative techniques) there are one or more specific argumentative operators that can only be used in certain moments and circumstances due to certain argumentative and social conditions that the type of argument demands. The argument is a term mobilized by Perelman and Tyteca (2005) and Fiorin (2015). We have, as an example, almost logical arguments; the arguments based on the structure of reality; the arguments that support the structure of the real; the dissociation of notions; etc. In this way, the objective of this work is to present the argumentative operators that can be used specifically in the type of argument by dissociation of notions (and not another), covering the relation between the pair essence / appearance and / or relations between other philosophical pairs, in the denomination of Perelman and Tyteca (2005), as means / end, consequence / principle, relative / absolute, subjective / objective, language / thought, etc. For this,

* Doutorando em Estudos Linguísticos (bolsista CAPES) pela Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL/PPGEL/UFU). Atualmente, realiza estágio de doutorado sanduíche (bolsa CAPES) na Université Paris-Sorbonne (Paris IV), sob a co-orientação do Prof. Dr. Dominique Maingueneau.

linguagem/pensamento etc. Para isso, iniciaremos o texto apresentando uma parte teórica para o desenvolvimento deste trabalho, explicando, com a ajuda dos teóricos, o que são os operadores argumentativos e como é o tipo de argumento por dissociação de noções. Após, apresentaremos alguns exemplos e análises de operadores argumentativos que podem ser específicos da técnica argumentativa por dissociação de noções. Por fim, as considerações finais.

we will start the text presenting a theoretical part for the development of this work, explaining, with the help of the theorists, what are the argumentative operators and how is the type of argument by dissociation of notions. Afterwards, we will present some examples and analyzes of argumentative operators that may be specific to the argumentative technique by dissociation of notions. Finally, the final considerations.

PALAVRAS-CHAVE: Operadores Argumentativos. Dissociação de noções. Argumentação na língua.

KEYWORDS: Argumentative Operators. Dissociation of notions. Argumentation in language.

1. Introdução: os operadores argumentativos

Nesta seção, começaremos apresentando o conceito de operadores argumentativos. A Teoria da Argumentação na Língua, elaborada por Ducrot (1972/1981/1987), se desenvolveu, basicamente, por meio da análise de conectores. Esses conectores são denominados por Plantin (1996) de “palavras vazias”. Ducrot (1972) percebeu que existem certas palavras na língua (qualquer que seja) que são responsáveis por sinalizar o caminho da argumentação, isto é, há determinadas palavras que dão uma direção argumentativa à tese que está sendo defendida.

De acordo com Fávero (2006) e Koch (1996), essas palavras, além de auxiliarem na construção da coesão sequencial de um texto, elas também sinalizam a argumentação. Assim, essas palavras, comumente chamadas de conectores, são denominadas por Ducrot (1972/1981/1987) de operadores argumentativos. Embora outros teóricos nomeiem este conceito de maneira diferente, como, por exemplo, Maingueneau (1996) que nomeia como conectores argumentativos; Fávero (2006) que nomeia como operadores discursivos e Koch (1996) que denomina como

encadeadores discursivos ou argumentativos, manteremos o uso estabelecido por Ducrot (1972/1981/1984).

Cabral (2011) afirma ser importante que o produtor, no momento da produção de seus enunciados, tenha consciência do valor argumentativo dessas palavras (os operadores argumentativos) para saber usá-las bem e com eficácia em seu discurso e também reconhecê-las nos enunciados de seus interlocutores. Segundo ela, os conectores (operadores argumentativos):

Sempre foram vistos como elementos que estabelecem relações lógicas. Ducrot desenvolveu sua teoria a partir dos estudos dos conectores e propôs uma nova definição para conector a qual adotamos. Deixamos de defini-lo em termos de elemento de ligação, como acontecia nas gramáticas tradicionais e passamos a encará-lo como uma palavra de **ligação** e de **orientação**, isto é, que articula as informações e os argumentos de um texto. Entendemos que o elemento de conexão põe a informação do texto a serviço da intenção argumentativa. Desse ponto de vista, o sentido é entendido como conduzindo a uma determinada direção. (CABRAL, 2011, p. 86, grifos do autor).

Ducrot (1972/1981/1984), partindo do pressuposto de que há uma argumentação intrínseca à língua, postula, como hipótese central, que pelo menos certas frases contêm instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados. Essa determinação, por sua vez, é produzida por meio dos operadores argumentativos. O autor, em seus trabalhos, considera os conectores e alguns morfemas como sendo os operadores argumentativos, porém, veremos que não são somente essas duas categorias gramaticais. Temos, por exemplo, os adjetivos, os advérbios, os símbolos gramaticais etc. que podem funcionar também como operadores argumentativos. Mostraremos isso ao longo deste artigo.

De acordo com Koch (1992), o termo operadores argumentativos foi criado por Ducrot para designar alguns elementos da gramática de uma língua que tem por função mostrar – indicar – a força argumentativa dos enunciados, apontando uma

determinada direção (sentido). Segundo a autora, Ducrot utilizou duas noções básicas para explicar o funcionamento dos operadores argumentativos, a se ver: a escala argumentativa e a classe argumentativa.

A classe argumentativa, afirma Koch (1992), é constituída de um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para uma mesma conclusão (convencionalmente chamada de R). Ela apresenta o seguinte exemplo:

João é o melhor candidato (conclusão R)

arg. 1 – tem boa formação em Economia

arg. 2 – tem experiência no cargo

arg. 3 – não se envolve em negociatas

etc. (todos os argumentos têm o mesmo peso para levar o alocutário a concluir R). (KOCH, 1992, p. 30).

Desse modo, temos, nesse exemplo, os arg. 1, 2 e 3 funcionando como uma classe argumentativa.

De acordo com Koch (1992), haverá uma escala argumentativa quando dois ou mais enunciados de uma classe se apresentar em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão. O exemplo que ela nos dá é o seguinte:

A apresentação foi coroada de sucesso (conclusão R)

arg. 1 – estiveram presentes personalidades do mundo artístico

arg. 2 – estiveram presentes pessoas influentes nos meios políticos

arg. 3 – esteve presente o Presidente da República (argumento mais forte)
(KOCH, 1992, p. 30).

Koch (1984) afirma que se considerar como constitutivo de um enunciado o fato de se apresentar como orientando a sequência do discurso, ou seja, estabelecendo os encadeamentos possíveis com outros enunciados capazes de continuá-lo, é preciso, segundo ela, admitir que há enunciados que possuem traços

constitutivos que servem para orientar o interlocutor a certos tipos de conclusão, excluindo, por conseguinte, outras conclusões. Para Koch (1984), para descrever esses enunciados é necessário determinar sua orientação discursiva, isto é, as conclusões para as quais o enunciado pode servir de argumento.

Na perspectiva de uma pragmática integrada à descrição linguística, Koch (1984) afirma que existe uma retórica integrada nas gramáticas das línguas que se manifesta através de uma relação de tipo bem precisa entre enunciados: a de ser argumento para. Desse modo:

Existe na gramática de cada língua uma série de morfemas responsáveis exatamente por esse tipo de relação, que funcionam como **operadores argumentativos ou discursivos**. É importante salientar que se trata, em alguns casos, de morfemas que a gramática tradicional considera como elementos meramente relacionais – **conectivos**, como **mas, porém, embora, já que, pois**, etc., e, em outros, justamente de vocábulos que, segundo a N. G. B., não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais. Rocha Lima chama-as de **palavras denotativas** e Bechara de **denotadores de inclusão** (até, mesmo, também, inclusive); de **exclusão** (só, somente, apenas, senão, etc.); de **retificação** (aliás, ou melhor, isto é); de **situação** (afinal, então, etc.). Celso Cunha diz que se trata de **palavras** “essencialmente afetivas”, às quais a N. G. B. “deu uma classificação à parte, mas sem nome especial”. (KOCH, 1984, p. 104-105, grifos do autor).

Koch (1984) ainda ressalta que na gramática estrutural esses elementos linguísticos são descritos como morfemas gramaticais de tipo relacional (gramemas), em oposição aos morfemas lexicais (semantemas, lexemas), que são relegados a segundo plano na descrição linguística. Esses elementos linguísticos recebem o mesmo tratamento na gramática gerativa, de acordo com a autora. Para além disso, é a macrossintaxe do discurso (ou semântica argumentativa), segundo Koch (1984), que vai recuperar esses elementos, pois são justamente eles que determinam o valor

argumentativo dos enunciados, se constituindo em marcas linguísticas importantes da enunciação.

Para recapitular o que foi dito em relação à escala e à classe argumentativa, apresentaremos um trecho do texto de Koch (1984) que retoma essas duas noções formuladas por Ducrot:

Diz-se que **p** é um argumento para a conclusão **r**, se **p** é apresentado como devendo levar o interlocutor a concluir **r**. Quando vários argumentos – **p**, **p'**, **p''** ... – se situam numa escala graduada, apontando, com maior ou menor força, para a mesma conclusão **r**, diz-se que eles pertencem à mesma escala argumentativa. (...) Duas ou mais escalas orientadas no mesmo sentido, isto é, para uma mesma conclusão, constituem uma classe argumentativa. (KOCH, 1984, p. 105-106, grifos do autor).

Para finalizar essa parte sobre os operadores argumentativos e, após, adentrar no tipo de argumento (ou técnica argumentativa) denominado dissociação de noções, apresentaremos os principais tipos de operadores argumentativos elaborados por Koch (1992). São 9 ao total. Nossa passagem por esses operadores argumentativos será breve, sem exemplificações detalhadas de cada tipo de operador argumentativo, pois nosso interesse é outro (como já mencionado no início desse artigo).

Desse modo, segundo Koch (1992), há: 1) Os operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão: *até, mesmo, até mesmo, inclusive*; 2) Os operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão (argumentos que fazem parte de uma mesma classe argumentativa): *e, também, ainda, nem (= e não), não só... mas também, tanto... como, além de..., além disso..., a par de...* etc.; 3) Os operadores que introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores: *portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, conseqüentemente* etc.; 4) Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas: *ou, ou então, quer... quer, seja... seja* etc.; 5) Operadores que estabelecem relações de comparação

entre elementos, com vistas a uma dada conclusão: *mais que, menos que, tão... como* etc.; 6) Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior: *porque, que, já que, pois* etc.; 7) Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias: *mas (porém, contudo, todavia, no entanto etc.), embora (ainda que, posto que, apesar de (que) etc.)*; 8) Operadores que têm por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos: *já, ainda, agora* etc.; e 9) Operadores que se distribuem em escalas opostas, isto é, um deles funciona numa escala orientada para a afirmação total e o outro numa escala orientada para a negação total. Às vezes, tais operadores são morfologicamente relacionados, como é o caso de *um pouco* e *pouco*.

2. Sobre a dissociação de noções

Nesse momento, falaremos da técnica argumentativa chamada dissociação de noções. De acordo com Perelman e Tyteca (2005), os argumentos por dissociação de noções separam ideias que aparecem em pares hierarquizados. A dissociação de noções busca mostrar que não há ligação entre os conceitos que estão relacionados em pares, ou que eles estão indevidamente vinculados. Os autores, por sua vez, fazem uma diferenciação entre a técnica de ruptura de ligação e a dissociação de noções:

A técnica de ruptura de ligação consiste, pois, em afirmar que são indevidamente associados elementos que deveriam ficar separados e independentes. Em contrapartida, a dissociação pressupõe a unidade primitiva dos elementos confundidos no seio de uma mesma concepção, designados por uma mesma noção. A dissociação das noções determina um remanejamento mais ou menos profundo dos dados conceituais que servem de fundamento para a argumentação. Já não se trata, nesse caso, de cortar os fios que amarram elementos isolados, mas de modificar a própria estrutura destes. (PERELMAN; TYTECA, 2005, p.467-468).

Para Perelman e Tyteca (2005), a dissociação de noções consiste num remanejamento mais profundo, que é provocado pela ânsia de eliminar uma

incompatibilidade, fruto de um embate de uma tese com outras teses, isto é, um cotejo entre normas, fatos e verdades. Segundo os autores, a dissociação de noções corresponde a um compromisso, no plano prático, mas conduz a uma solução que valerá no futuro, no plano teórico, pois ao reestruturar a concepção do real, ela impede o reaparecimento da mesma incompatibilidade. Dentre os vários exemplos apresentados pelos autores, cito um que pode esclarecer um pouco a ideia de dissociação de noções. Segundo Kant (1980), na sua obra *Crítica da Razão Pura*, a noção de realidade seria melhor compreendida se a dissociássemos em um par: realidade fenomênica/realidade numênica, assim como a noção de causalidade, que seria melhor adequada na ideia do par causalidade inteligível/causalidade sensível. Assim, pensar a realidade ou a causalidade sem essa dissociação tornariam essas noções equivocadas:

Um exemplo típico seu seria a solução kantiana da antinomia entre o determinismo universal e a liberdade do homem, que dissocia o conceito de causalidade em causalidade inteligível e sensível, dissociação tornada possível pela dissociação da noção de realidade em realidade fenomênica e numênica. (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 469).

Para aprofundar um pouco mais sobre a técnica de dissociação de noções, Perelman e Tyteca (2005) examinaram aquilo que eles consideraram como o protótipo de toda dissociação nocional, devido a seu uso generalizado e a sua importância filosófica: a dissociação que dá origem ao par aparência/realidade, chamado também por Fiorin (2015) de par essência/aparência. O argumento por dissociação de noções, por sua vez, busca tornar visível a aparência para mostrar que a realidade relacionada é enganosa. Os autores, considerando a aparência enquanto termo I e a realidade enquanto termo II, ponderam o seguinte:

O termo I corresponde ao aparente, ao que se apresenta em primeiro lugar, ao atual, ao imediato, ao que é conhecido diretamente. O termo II, na medida em que se distingue dele, só é compreendido em relação ao termo I; é o resultado de uma dissociação, operada no seio do termo I, visando eliminar as incompatibilidades que podem surgir entre aspectos deste último. O termo II fornece um critério, uma norma que permite distinguir o que é válido do que não é, entre os aspectos do termo I; não é simplesmente um dado, mas uma *construção* que determina, quando da dissociação do termo I, uma regra que possibilita hierarquizar-lhe os múltiplos aspectos, qualificando de ilusórios, de errôneos, de aparentes, no sentido desqualificador do termo, aqueles que não são conformes a essa regra fornecida pelo *real*. Com relação ao termo I, o termo II será, a um só tempo, normativo e explicativo. Por ocasião da dissociação, ele permitirá valorizar ou desqualificar determinados aspectos sob os quais se apresenta o termo I; permitirá distinguir, entre as aparências cujo estatuto é equívoco, as que não passam de aparência das que representam o real. (PERELMAN; TYTECA, 2005, p.473).

Fiorin (2015) apresenta um exemplo de um texto em que a dissociação de noções entre o par aparência/realidade acontece. O autor mostra uma reportagem da revista *Veja* (16/4/2014, p.67) em que há a imagem de um homem usando o uniforme da empresa petrolífera brasileira Petrobras. Esta imagem aparenta ser de um líder da empresa, podendo ser um diretor técnico ou um doutor na área de mineralogia, o que poderia dar a ideia de ser alguém que é o “orgulho dos brasileiros”. Porém, a partir da conjuntura histórica em que esta imagem está relacionada, vê-se que as aparências enganam, pois, na realidade, esta imagem representa a corrupção que há no Brasil, principalmente na Petrobras, em que o senhor uniformizado da foto é, segundo a revista, Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, preso pela Polícia Federal, personagem central do escândalo de pagamento de propinas a políticos.

Outro exemplo que podemos apresentar (exemplo nosso) de um tipo de argumento por dissociação de noções a partir da relação do par aparência/realidade,

é o extraído da música intitulada *zerovinteum*, da banda de *rock* brasileira chamada Planet Hemp (1996):

É muito fácil falar de coisas tão belas/ De frente pro mar, mas de costas pra favela/De lá de cima o que se vê é um enorme mar de sangue/ Chacinas brutais, porradas de gangue/O Pão de Açúcar de lá o diabo amassou/Esse é o Rio e se você não conhece, bacana, tome cuidado/As aparências enganam/Aqui a lei do silêncio fala mais alto/Te calam por bem ou vai pro matto. (HEMP, 1996, Faixa 1).

Notamos que o locutor desse enunciado tenta dissociar a aparência dada à cidade do Rio de Janeiro (provavelmente por políticos e empresários) da sua verdadeira realidade (violência, miséria e morte), mostrando que a relação pretendida não pode ser possível, por ser equivocada. Aparentemente, a cidade é maravilhosa por ter praias, montanhas (Corcovado) e o Pão de Açúcar (cartão postal da cidade), mas na realidade, atrás destas praias cariocas existem favelas (miséria), no alto destas montanhas o que se tem é um mar de sangue (violência e morte) e o “pão de açúcar” foi amassado pelo diabo. O enunciador defende a tese de que, na realidade, na cidade do Rio de Janeiro, a lei do silêncio é a que impera, é a lei do mais forte e poderoso, pois se cala por bem, ou morre. Não há sempre alegrias e carnaval, a aparência aqui representada, de acordo com Perelman e Tyteca (2005), é uma ilusão.

Além da dissociação entre o par aparência/realidade, há outros pares que também se dissociam, segundo Perelman e Tyteca (2005): são os chamados pares filosóficos. Em cada contexto de enunciação se considera um dos termos da oposição com valor positivo e o outro negativo. Os autores elencam alguns exemplos de pares filosóficos que, segundo eles, se apresentam com mais frequência no pensamento ocidental. Todos esses pares constituem o objeto próprio da investigação filosófica: meio/fim; consequência/fato; ato/pessoa; acidente/essência; ocasião/causa; relativo/absoluto; subjetivo/objetivo; multiplicidade/unidade; normal/norma;

individual/universal; particular/geral; teoria/prática; linguagem/pensamento; e letra/espírito.

Dentre vários exemplos apresentados por Perelman e Tyteca (2005), temos o livro de Platão (1975) chamado *Fedro*, em que os autores afirmam que o pensamento filosófico de Platão pode ser expresso pelos seguintes pares: aparência/realidade; opinião/ciência; conhecimento sensível/conhecimento racional; corpo/alma; devir/imutabilidade; pluralidade/unidade; e humano/divino.

Indo um pouco além dos pares filosóficos nomeados por Perelman e Tyteca (2005), mostraremos um outro par filosófico possível que ainda não foi caracterizado (trata-se de um exemplo nosso). Estamos considerando o par funcionalidade/instrumentalidade, em que o professor da *Universidad Complutense de Madrid* Álvarez Méndez, em sua obra *Avaliar para conhecer, examinar para excluir* (2002), tenta dissociar o processo de avaliação das meras provas, exames e testes, afirmando que avaliar é da ordem da funcionalidade enquanto que as provas, os testes e exames são da ordem da instrumentalidade. Ou seja, avaliar não é somente aplicar provas e testes, há toda uma funcionalidade específica (um processo). Embora os instrumentos (como a prova e os testes) também façam parte da avaliação, eles não são as mesmas coisas:

Em termos precisos, deve-se entender que avaliar com intenção formativa não é o mesmo que medir, nem qualificar e nem sequer corrigir; avaliar tampouco é classificar, examinar, aplicar testes. Paradoxalmente, a avaliação tem a ver com atividades de qualificação, medição, correção, (...), mas não se confunde com elas. Elas compartilham um campo semântico, mas diferenciam-se pelos recursos que utilizam e pelos usos e fins aos quais servem. São atividades que desempenham um papel **funcional** e **instrumental**, porém dessas atividades artificiais não se aprende. Em relação a elas, a avaliação transcende, pois justamente onde elas não alcançam é que a avaliação educativa começa. (ÁLVAREZ MÉNDEZ, 2002, p. 12, grifo nosso).

Após apresentação dos operadores argumentativos e da técnica argumentativa por dissociação de noções, buscaremos sustentar nossa hipótese e nosso objetivo de que há operadores argumentativos específicos para cada tipo de técnica argumentativa. Mais especificamente, buscaremos sustentar que há operadores argumentativos específicos para o tipo de argumento por dissociação de noções. Desse modo, apoiado no livro de Fiorin, *Argumentação* (2015), mostraremos alguns operadores argumentativos que podem ser específicos da técnica argumentativa por dissociação de noções.

3. A dissociação de noções e seus possíveis operadores argumentativos específicos

3.1. Metodologia e corpus

Estabelecemos, para esse trabalho, uma metodologia que se pautou, primeiramente, na busca de vários textos, de vários gêneros discursivos/textuais, em que pudéssemos encontrar o registro do uso dos operadores argumentativos em questão. Estamos considerando como operadores argumentativos¹ o que Fiorin (2015) denomina “processos gramaticais”. Segundo o autor, em se tratando da técnica argumentativa por dissociação de noções, há alguns processos gramaticais que parecem ser específicos: uso do artigo definido; uso de adjetivo determinando um substantivo; uso de prefixos ou falsos prefixos (*pseudo*); uso de advérbio para determinar um adjetivo; uso de maiúsculas; e, uso de aspas. Desse modo, consideraremos estes 6 processos gramaticais de Fiorin (2015) enquanto operadores argumentativos que podem ser específicos da técnica argumentativa por dissociação de noções.

Tivemos como ponto inicial para as buscas dos textos que comporiam o *corpus* desse artigo os exemplos dados por Fiorin em seu livro *Argumentação* (2015). Partimos, num primeiro momento, em busca de textos dos mesmos gêneros

¹ Conforme a perspectiva teórica já apresentada na Introdução.

discursivos/textuais apresentados pelo autor. Em seguida, ampliamos um pouco a busca, partindo para outros gêneros discursivos/textuais. É a partir desse livro de Fiorin (2015), sobretudo a parte em que ele trata sobre o tipo de argumento por dissociação de noções, que nos deslocaremos para afirmar que outros elementos gramaticais da língua podem funcionar como operadores argumentativos e, além disso, podem também ser específicos de cada tipo de técnica argumentativa.

Como esse trabalho é de caráter inicial, em que a especulação hipotética e o objetivo aferidos são relativamente novos, ainda não nos debruçamos em um *corpus* mais extenso. Contudo, as análises realizadas partiram de 20 textos lidos, de diferentes gêneros discursivos/textuais. A cada texto lido e a cada registro encontrado desses 6 operadores argumentativos considerados, os submetíamos às análises para verificação ou não do nosso objetivo, guiados pelo suporte teórico de Perelman e Tyteca (2005) e Fiorin (2015). Dentre os textos lidos, conseguimos encontrar um, no máximo dois exemplos de cada um dos operadores argumentativos aqui considerados (são 6). De modo geral, encontramos o registro desses operadores argumentativos em poemas, textos religiosos (sermão), textos científicos, letras de música, sites de educação e sites de informação científica. Notamos a dificuldade, ou até mesmo a especificidade, de encontrar esses operadores argumentativos nos textos lidos.

Sabemos da importância da ampliação do *corpus* para que o resultado de nossas especulações se torne mais sólido, mas se tratando de uma pesquisa em nível inicial já é possível levantarmos alguns indícios que podem sustentar a pertinência de continuação dessa pesquisa. Tentaremos apresentar esses indícios no subitem seguinte.

3.1.1 Análises e exemplos

Apresentaremos, como objetivo, alguns operadores argumentativos que parecem ser específicos da técnica argumentativa por dissociação de noções. Segundo nossa hipótese, há determinados operadores argumentativos que só

funcionam em determinadas técnicas argumentativas, não fazendo sentido se usados em outras técnicas e, conseqüentemente, não conseguindo direcionar o argumento para a tese (conclusão) que está sendo defendida.

Segundo Fiorin (2015), “vários processos gramaticais são utilizados para dissociar um termo da oposição de outro” (p. 196). Desdobrando a afirmação do autor, entendemos que alguns operadores argumentativos (como os próprios processos gramaticais) direcionam a argumentação de modo a dissociar um termo de oposição de outro, para que a tese seja, de fato, defendida. De acordo com o autor, esses processos gramaticais, que consideraremos enquanto operadores argumentativos, são (como já falados): uso do artigo definido; uso de adjetivo determinando um substantivo; uso de prefixos ou falsos prefixos (*pseudo*); uso de advérbio para determinar um adjetivo; uso de maiúsculas; e, uso de aspas. Apresentaremos, a seguir, esses 6 operadores argumentativos com exemplos e análises, para verificarmos se podemos sustentar ou não nossa hipótese e nosso objetivo.

O primeiro operador argumentativo que mostraremos é o operador “uso do artigo definido”. Fiorin (2015) o exemplifica da seguinte maneira:

Quando Camões, na segunda estrofe do canto primeiro de *Os Lusíadas*, diz: “E também as memórias gloriosas/ Daqueles Reis, que foram dilatando/ A Fé e o Império”, ao não qualificar a fé com nenhum adjetivo e ao dar-lhe definitude com o artigo, está opondo a verdade ao erro: verdadeira só existe uma fé, a católica. (FIORIN, 2015, p. 196).

Um exemplo nosso é um poema de Olavo Bilac (2006), intitulado *Palavras*. Nesse enunciado, o enunciador defende a tese de que as palavras boas (de amor) são efêmeras, passageiras, expiram, enquanto que as palavras más (do ódio) são permanentes, imóveis, imortais. Para defender essa tese, ele usa, no segundo verso do primeiro terceto, o artigo definido masculino singular “o” para definir e substantivar os advérbios de negação “não” e “nunca”, para expressar a rigidez e

permanência absoluta das palavras más. Desse modo, ele opõe aquilo que é efêmero (palavras boas) daquilo que é permanente (palavras más). Percebemos, nesse exemplo, a oposição do par permanência/efemeridade:

Palavras

As palavras do amor expiram como os versos,
Com que adoço a amargura e embalo o pensamento:
Vagos clarões, vapor de perfumes dispersos,
Vidas que não têm vida, existências que invento;

Esplendor cedo morto, ânsia breve, universos
De pó, que um sopro espalha ao torvelim do vento,
Raios de sol, no oceano entre as águas imersos,
- As palavras da fé vivem num só momento...

Mas as palavras más, as do ódio e do despeito,
O "não!" que desengana, o "nunca!" que alucina,
E as do aleive, em baldões, e as da mofa, em risadas,

Abrasam-nos o ouvido e entram-nos pelo peito:
Ficam no coração, numa inércia assassina,
Imóveis e imortais, como pedras geladas. (BILAC, 2006, p. 20, grifo nosso).

Em relação ao segundo operador argumentativo, temos o “uso de adjetivo determinando um substantivo”. Fiorin (2015) o exemplifica:

Por exemplo, quando se diz “O *falso* merecimento tem um brilho fosfórico e transiente, o *verdadeiro*, um fulgor solar e permanente” opõe-se a verdade à falsidade (item 1957 do livro *Máximas, pensamentos e reflexões*, do Marquês de Maricá). (FIORIN, 2015, p. 196).

Nosso exemplo para esse operador argumentativo que parece também funcionar especificamente na técnica argumentativa por dissociação de noções, vem dos *Sermões* (1959) de Padre Vieira. Nesse enunciado, o locutor defende a tese de que

devemos ser devotos de Santo Inácio, pois como ele foi quase tudo em vida (de soldado a santo), ele tem vastas experiências e conhecimentos e é o único capaz de ensinar a verdadeira nobreza ao fidalgo, a verdadeira polícia ao cortesão e o verdadeiro valor ao soldado. Percebemos o uso do adjetivo “verdadeiro” para encaminhar essa dissociação. Assim, o locutor opõe o verdadeiro conhecimento dado por Santo Inácio ao falso conhecimento, dado por alguém que não é santo. Percebemos a oposição do par verdadeiro/falso:

O mesmo digo eu de Santo Inácio. Tudo o que quiserdes, tudo o que desejardes, tudo o que houverdes mister, achareis neste santo, ou neste compêndio de todos os santos. Essa foi a razão por que ordenou a Providência divina que concorressem e se ajuntassem neste grande exemplar tanta diversidade de estados, de exercícios, de fortunas. Nasceu fidalgo, foi cortesão, foi soldado, foi mendigo, foi peregrino, foi preso, foi estudante, foi graduado, foi escritor, foi religioso, foi pregador, foi súdito, foi prelado, foi legislador, foi mestre de espírito, e até pecador foi em sua mocidade; depois, arrependido, penitente e santo. Para quê? Para que todos achem tudo em Santo Inácio: *Omnibus omnia factus sum*. O fidalgo achará em Santo Inácio uma idéia da **verdadeira** nobreza; o cortesão, os primores da **verdadeira** polícia; o soldado, os timbres do **verdadeiro** valor. (VIEIRA, 1959, p. 100, grifo nosso).

O terceiro operador argumentativo é o marcado pelo uso de “prefixos ou falsos prefixos, como *pseudo*”, que também pode expressar uma dissociação de noções. Fiorin (2015) o exemplifica com uma carta de Aluísio Azevedo para Eurico de Góis, do dia 21 de novembro de 1909 (esta carta está no livro *O touro negro*). Nessa carta, Aluísio Azevedo contrapõe, com o prefixo *pseudo*, os falsos símbolos representantes da Pátria dos verdadeiros símbolos, aqueles que realmente condizem com a história da nação:

É preciso viver cá fora, como me acontece há muitos anos, para bem poder avaliar quanto nos prejudica aos olhos do estrangeiro aquela vergonhosa caricatura de armas e pavilhão com que temos de

representar a Pátria, quando em verdade o tal arremedo de bandeira, pelo seu desgracioso arranjo nas cores e na disposição dos *pseudos* símbolos, nem sequer aproveitaria cabalmente para um teatro de mágicas, servindo de emblema a qualquer país fantástico e ridículo, feito à imitação dos que Swift deu a Guliver. (FIORIN, 2015, p. 196).

Nosso exemplo é referente à informação sobre o caju, dada pelo site Brasil Escola (2015), em que o enunciador defende a tese de que o pedúnculo floral (a parte carnosa que comemos da fruta) não é a fruta propriamente dita e sim, um pseudofruto. O verdadeiro fruto do cajueiro é a castanha, que fica acima do pedúnculo floral. Percebemos a oposição do par fruto verdadeiro/pseudofruto:

O caju é considerado muitas vezes como o fruto do cajueiro, embora seja um **pseudofruto**. É constituído de duas partes: a castanha que é a fruta propriamente dita, e o pedúnculo floral, **pseudofruto** confundido com o fruto. Esse se compõe de um pedúnculo piriforme, carnoso, amarelo, rosado ou vermelho. Por Patrícia Lopes. Equipe Brasil Escola. (LOPES, 2017, *online*, grifo nosso).

O quarto operador argumentativo que apresentaremos é o “uso de advérbio para determinar um adjetivo”. Fiorin (2015) traz a seguinte exemplificação para esse operador argumentativo:

“Os velhos erram muitas vezes por *demasiadamente* prudentes, os moços quase sempre por temerários” (item 41 do livro *Máximas, pensamentos e reflexões*, do Marquês de Maricá). Nesse caso, o advérbio contrapõe o excesso à justa medida. (FIORIN, 2015, p. 196).

Nosso exemplo vem, novamente, de Padre Antônio Vieira (1959). O enunciador defende a tese de que só Deus e a luz dão ao homem um bem (dáviva) verdadeiramente bom e perfeito. Do contrário, se a dádiva dada não vier de Deus (vinda talvez do diabo), ela será um bem falsamente bom e perfeito e não terá a luz. É através do advérbio “verdadeiramente” determinando o adjetivo “bom” e “perfeito”

que percebemos a dissociação pretendida pelo enunciador, que busca defender sua conclusão. Percebemos a oposição do par verdadeiro/falso:

Ora, não sejamos terrestres, já que Deus nos deu uma alma celestial; recebamos a luz, amemos a luz, busquemos a luz, e conheçamos que nem temos, nem podemos, nem Deus nos pode dar bem nenhum que seja verdadeiro bem, sem luz. Ouvi umas palavras admiráveis do apóstolo S. Tiago na sua epístola: *Omne datum optim um, et omne donum perfectum de sursum est, descendens a Patre luminum* (Tg. 1,17): Toda dádiva boa, e todo dom perfeito descende do Pai dos lumes. Notável dizer! De maneira que quando Deus nos dá um bem que seja **verdadeiramente** bom, quando Deus nos dá um bem que seja **verdadeiramente** perfeito, não se chama Deus pai de misericórdias, nem fonte das liberalidades: chama-se pai dos lumes e fonte da luz, porque no lume e na luz, que Deus nos dá com os bens, consiste a bondade e a perfeição deles. (VIEIRA, 1959, p. 150, grifo nosso).

Em seguida, o quinto operador argumentativo: o “uso de maiúsculas”. Fiorin (2015) afirma que esse operador também parece marcar a dissociação de noções. Seu exemplo para esse operador é dado a seguir:

No poema “Braços”, de Cruz e Sousa, os termos amor e morte, escritos com inicial maiúscula e definidos pelo artigo estão absolutizados, criando-se, então, uma contraposição entre absoluto e contingente: Pompas de carnes, tépidas e flóreas,/ braços de estranhas correções marmóreas,/ abertos para o Amor e para a Morte! (FIORIN, 2015, p. 196-197).

Nosso exemplo também vem de um poeta simbolista, porém, português, chamado Camilo Pessanha (1989). No seu poema *Não sei se isto é Amor*, do livro *Clepsidra*, o enunciador defende a tese de que o que ele sente realmente pela suposta mulher com quem se envolveu não é um amor absoluto (marcado pelo uso da letra maiúscula “A” na palavra “amor”). Além disso, defende também que a concubina não é a melhor ou a maior das mulheres. Ela não seria tão bela como a esposa do “Cântico dos cânticos”. A própria expressão “Cântico dos cânticos”, que há o registro

da letra maiúscula “C” na palavra “cântico”, também nos mostra uma absolutização de valores: há a ideia de que existe o cântico absoluto, maior e mais poderoso que todos os outros cânticos, o “Cântico” dos cânticos soberano. Percebemos a oposição do par absoluto/contingente:

Não sei se isto é **Amor**

Não sei se isto é **Amor**. Procuro o teu olhar,
Se alguma dor me fere, em busca de um abrigo;
E apesar disso, crê! nunca pensei num lar
Onde fosses feliz, e eu feliz contigo.
Por ti nunca chorei nenhum ideal desfeito.
E nunca te escrevi nenhuns versos românticos.
Nem depois de acordar te procurei no leito
Como a esposa sensual do **Cântico** dos cânticos.
(...). (PESSANHA, 1989, p. 30, grifo nosso).

O sexto e último operador argumentativo é o “uso de aspas”. Fiorin (2015) afirma o seguinte:

Dissociam-se noções também por meio de aspas. Como esse sinal de pontuação serve para manter o enunciador distante de um dado discurso, seu uso indica que o responsável pelo discurso considera o termo entre aspas alheio ao seu e, por conseguinte, não verdadeiro, aparente: A “objetividade” é considerada uma marca do discurso jornalístico. (FIORIN, 2015, p. 197).

Nosso exemplo é um poema de Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa (2009), intitulado *Há metafísica bastante em não pensar em nada*. O enunciador defende a tese de que o entendimento verdadeiro das coisas (da vida, do mundo e da natureza) não são profundas e inteligíveis, elas são fáceis, visíveis e palpáveis. Para o locutor, temos todo o conhecimento de todas as coisas por simplesmente vê-las e senti-las, apenas utilizando os cinco sentidos. Não há nada oculto, não há a necessidade de pensar

para conhecer. Desse modo, o uso das aspas pelo enunciador, em um momento específico do poema, é para marcar que o que está sendo dito não é seu, é alheio aos seus pensamentos. Segundo o enunciador, quem procura a constituição íntima das coisas e o sentido íntimo do universo são pessoas loucas e visionárias, pois nada disso existe e também não quer dizer nada. Percebemos a oposição do par a metafísica de pensar nas coisas/a metafísica de não pensar em nada:

(...)

Metafísica? Que metafísica têm aquelas
árvores?

A de serem verdes e copadas e de terem ramos
E a de dar fruto na sua hora, o que não nos faz
pensar,

A nós, que não sabemos dar por elas.

(...)

“Constituição íntima das cousas”...

“Sentido íntimo do Universo”...

Tudo isto é falso, tudo isto não quer dizer nada.

É incrível que se possa pensar em cousas dessas. (PESSOA, 2009, p. 100, grifo nosso).

Ao longo de nossa busca pelos textos que apresentassem o registro desses 6 operadores argumentativos funcionando especificamente na técnica argumentativa por dissociação de noções, nos deparamos com mais dois operadores argumentativos, não explorados por Fiorin (2015): os operadores “na realidade” e “na verdade”. Não agrupamos esses dois operadores com os outros 6, pois eles surgiram em nosso trabalho de forma inesperada (nos deparamos com eles no momento de leitura dos textos para compor o *corpus* deste artigo). Seria necessário também um estudo mais aprofundado, com um *corpus* mais extenso para verificar a possibilidade de também considerar esses dois novos operadores argumentativos como específicos da técnica argumentativa por dissociação de noções. Desse modo,

até pela surpresa e dificuldade que tivemos de encontrar textos com o registro de uso desses dois novos operadores argumentativos, apresentaremos um exemplo apenas de cada um deles, que podem ser específicos da técnica argumentativa por dissociação de noções.

O operador “na realidade” parece expressar uma dissociação que opõe a realidade concreta das coisas da irrealidade ou fantasia. Nosso exemplo é um texto de Bakhtin (1988), da sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, em que trazemos um trecho ao qual o enunciador defende a tese de que a palavra tem, na verdade, duas faces, sendo mentira quem afirmar que ela só tem uma. Em outras palavras, a palavra determina tanto quem fala (enuncia) quanto quem ouve (interlocutor). Assim, o enunciador utilizou do operador “na realidade” para dissociar o par a palavra tem duas faces (verdade)/a palavra tem uma única face (mentira):

Essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. **Na realidade**, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros (BAKHTIN, 1988, p. 113, grifo nosso).

Já o operador argumentativo “na verdade” parece dissociar aquilo que é verdade daquilo que é mentira. Nosso exemplo vem de um texto *online* da revista Super Interessante. Esse enunciado defende a tese de que os bebês já possuem, em seus cérebros, questões morais e de justiça já pré-formados, antes mesmo de aprenderem tais valores em casa com a família e, posteriormente, na vida social. Segundo o enunciador, os bebês já nascem “compreendendo” (a partir de suas possibilidades), *a priori*, o que ético, moral e justo. O trecho a seguir apresenta um teste que os cientistas fizeram com alguns bebês para provar essas questões levantadas. O teste foi feito a partir de desenhos animados, porém, estes desenhos

não eram desenhos elaborados (de pessoas, ou coisas da natureza) e sim, figuras geométricas (triângulo, círculo, quadrado etc.), para que a criança não se inclinasse (tivesse preferência) em nenhuma personagem do desenho. Desse modo, é através do operador “na verdade” que o enunciador faz essa dissociação, opondo os desenhos geométricos simples (o verdadeiro desenho utilizado) dos desenhos animados elaborados e complexos (o falso desenho utilizado):

Eles expuseram grupos de bebês com nove meses e um ano de idade a uma série de desenhos animados com personagens. **Na verdade**, simples formas geométricas, para separar o efeito das ações dos personagens de sua aparência física - caso um deles fosse mais bonitinho que o outro do ponto de vista das crianças, por exemplo. Eram desenhos com histórias como a de uma bola que está tentando, com muito esforço, subir um morro. Seu "amigo" quadrado vai lá e dá uma forcinha, ajudando a coitadinha a chegar ao topo. Só que aí aparece o triângulo "malvado" e dá um peteleco na bola, fazendo-a descer de novo tudo que tinha escalado. O final do desenho (e a parte crucial do experimento) envolve uma interação entre a bola e os outros personagens, que pode variar - às vezes ela interage com o quadrado, às vezes com o triângulo. (LOPES, 2016, *online*, grifo nosso).

4. Considerações finais

Discorreremos um pouco sobre o conceito de operadores argumentativos propostos por Ducrot (1972/1981/1987) e Koch (1984/1992/1996). Falamos também do tipo de técnica argumentativa denominado dissociação de noções, auxiliados por Perelman e Tyteca (2005) e Fiorin (2015). Trouxemos exemplos e realizamos análises em busca de sustentação da nossa hipótese e do nosso objetivo, respectivamente: de que há operadores argumentativos específicos para determinadas técnicas argumentativas; e, de que há alguns operadores argumentativos que parecem ser específicos da técnica argumentativa por dissociação de noções.

Observamos que nossa hipótese e nosso objetivo parecem poder se sustentar, pois ao pensar, de forma prática e experimental, no uso desses 6 operadores argumentativos em uma técnica argumentativa que não seja por dissociação de noções, teríamos problemas de ordem semântica. Esses 6 operadores argumentativos apresentados parecem não fazer sentido e não conseguiriam defender suas teses se usados em outras técnicas argumentativas diferentes da técnica por dissociação de noções. Desse modo, podemos afirmar que os operadores argumentativos que são utilizados na técnica argumentativa “argumentos quase lógicos”, por exemplo, não poderiam ser usados, com a mesma intenção e sentido, em outras técnicas argumentativas. Assim, nos parece pertinente sustentar, mesmo que inicialmente, que os operadores argumentativos específicos da técnica argumentativa por dissociação de noções podem ser: uso do artigo definido; uso de adjetivo determinando um substantivo; uso de prefixos ou falsos prefixos (pseudo); uso de advérbio para determinar um adjetivo; uso de maiúsculas; uso de aspas; e mais remotamente: o uso dos conectores “na realidade” e “na verdade”.

Notamos também que os operadores argumentativos não são somente conectores ou conjunções, podendo ser artigos definidos, preposições, adjetivos, advérbios etc. Desse modo, todas as palavras que direcionam a argumentação para determinada conclusão, seja no interior de uma classe ou escala argumentativa, podem ser pensadas como um operador argumentativo. O que nos faz pensar que não é possível crer que somente os conectores e as conjunções funcionem como operadores argumentativos. Percebemos, assim, que podemos expandir as pesquisas em relação aos operadores argumentativos e às técnicas argumentativas.

Enfim, buscamos apresentar outras perspectivas para uma possível ampliação do quadro dos operadores argumentativos, especialmente os usados na técnica argumentativa por dissociação de noções. Uma questão que deixamos em

aberto (por razões já apresentadas) e que merece um estudo mais aprofundado é a de pensar se os conectores “na realidade” e “na verdade” podem ser ou não considerados operadores argumentativos específicos da técnica argumentativa por dissociação de noções.

Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ MÉNDEZ, J. M. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**; trad. Magda Schwartzaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BILAC, O. **Poesias**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

CABRAL, A. L. T. **A força das palavras: dizer e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2011.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **Princípios de Semântica Linguística (dizer e não dizer)**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

_____. **Provar e dizer: linguagem e lógica**. São Paulo: Global Ed., 1981.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 2006.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

HEMP, P. Zerovinteum. In.: **Os cães ladram, mas a caravana não pára**. Sony, 1996. 1 CD. Faixa 1 (5 min. 18).

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. In: **Col. Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

LOPES, P. Caju. **Brasil Escola**, São Paulo, 15 de maio 2017. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/frutas/caju.htm>. Acesso em: 15 maio de 2017.

LOPES, T. Por dentro da cabeça dos bebês. **Revista Super Interessante**, São Paulo, 31 de outubro 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/por-dentro-da-cabeca-dos-bebes/>. Acesso em: 15 maio de 2017.

MAINGUENEAU, D. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, C. OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PESSANHA, C. **Clepsidra**. São Paulo: Princípio, 1989.

PESSOA, F. **Poesias**. (Org.) CASSAL, S. B. Porto Alegre: L&PM, 2009.

PLANTIN, C. **L'Argumentation**. Paris: Seuil, 1996.

PLATÃO. **Fedro**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975.

VIEIRA, A. **Sermões**. Porto: Lello & Irmão Editores, 1959, 15t. 5v.

Artigo recebido em: 05.05.2017

Artigo aprovado em: 04.11.2017